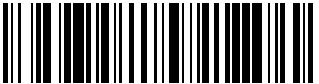
 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>		
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">31206303098</p>		<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</p>		<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EXSTO TECNOLOGIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 J193311861553

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

SANTA RITA DO SAPUCAI
Local

4 Julho 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

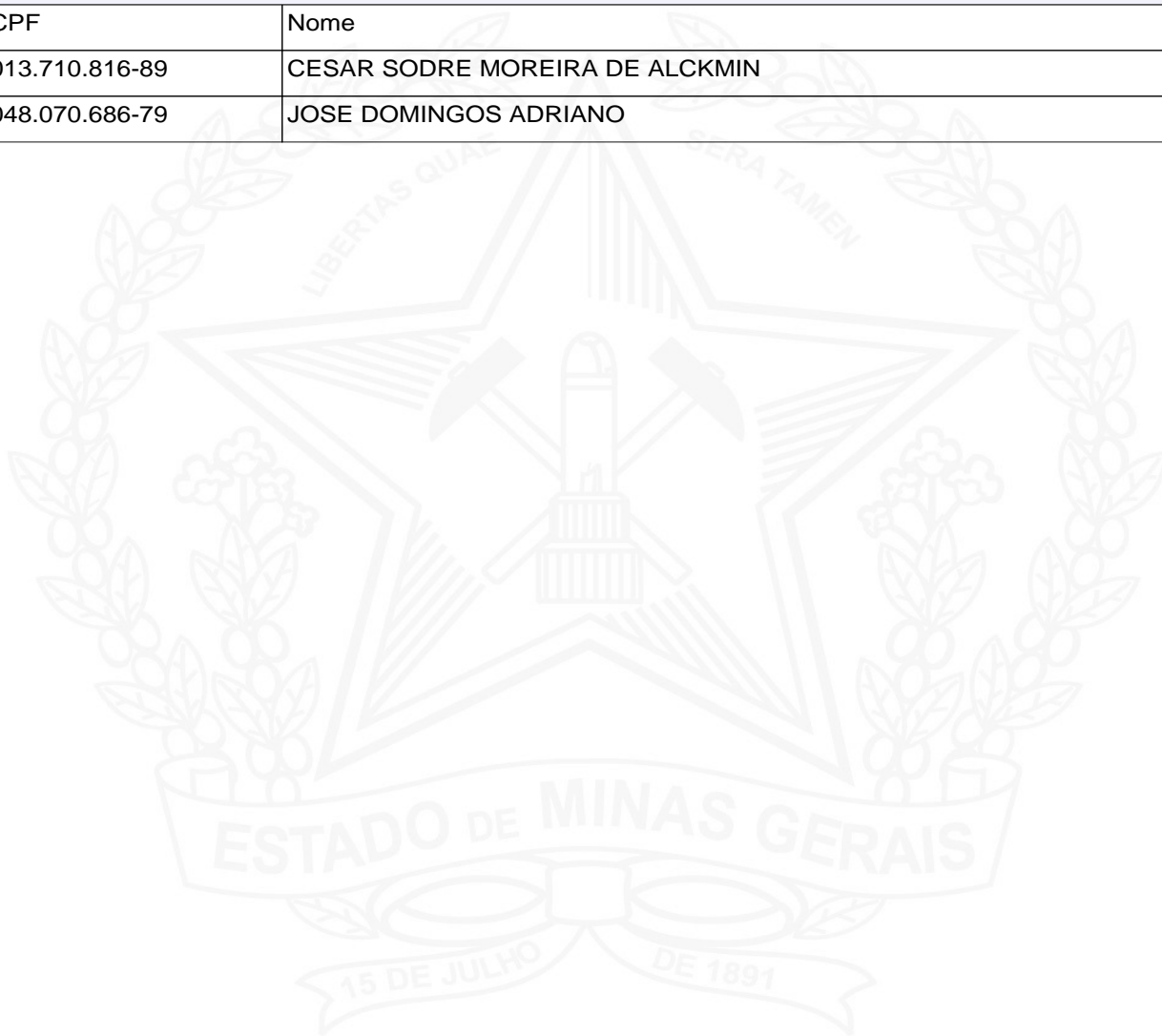
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/288.195-7	J193311861553	04/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
013.710.816-89	CESAR SODRE MOREIRA DE ALCKMIN
048.070.686-79	JOSE DOMINGOS ADRIANO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**OITAVA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
EXSTO TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 04.596.663/0001-71
NIRE: 3120630309-8**

CÉSAR SODRÉ MOREIRA DE ALCKMIN, brasileiro, nascido aos 12/06/1981, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade n. MG-10.185.383, expedida pela PC-MG, inscrito no CPF sob o n. 013.710.816-89, residente e domiciliado na Rua Dr. José Pinto Vilela, n. 56, Centro, Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, CEP: 37.540-000; e

JOSÉ DOMINGOS ADRIANO, brasileiro, nascido aos 01/12/1981, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade n. MG-12.677.587, expedida pela SSP-MG, inscrito no CPF sob o n. 048.070.686-79, residente e domiciliado na Avenida Godofredo de Luna, n. 357, bairro Santo Antônio, Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, CEP: 37.540-000;

RESOLVEM alterar o contrato social da sociedade empresária limitada **EXSTO TECNOLOGIA LTDA.**, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE n. 3120630309-8, em 13/08/2001, inscrita no CNPJ sob o n. 04.596.663/0001-71, com sede na Rua Dr. José Pinto Vilela, n. 555, Centro, Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, CEP: 37.540-000, **representada por seus administradores** César Sodré Moreira de Alckmin e José Domingos Adriano, acima qualificados, mediante os seguintes termos:

1ª ALTERAÇÃO – ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

Resolvem os sócios, por unanimidade, incluir a atividade de “desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis” ao objeto social. Assim, a Cláusula Terceira passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL

3.1 A Sociedade tem por objeto social a importação, exportação, indústria e comércio de partes, peças e produtos no ramo de eletroeletrônicos; a prestação de serviços de desenvolvimento de projetos eletrônicos; o treinamento profissional; o comércio varejista especializado de equipamentos, suprimentos de informática e de programas de computador não customizáveis; os serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; a fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões; a fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores; exceto caminhões e ônibus; os serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; os serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; o suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; a locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor; o aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; e o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis.



2ª ALTERAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Os sócios resolvem, por fim, consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
EXSTO TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 04.596.663/0001-71
NIRE: 3120630309-8**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL

- 1.1 A sociedade empresária tem a denominação social de EXSTO TECNOLOGIA LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE, FILIAIS E PRAZO DE DURAÇÃO

- 2.1 A sociedade tem sede na Rua Dr. José Pinto Vilela, n. 555, Centro, Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, CEP: 37.540-000, não possuindo filiais, que poderão ser criadas a qualquer tempo e em qualquer local.
- 2.2 A sociedade, cujas atividades iniciaram-se em 13/08/2001, tem prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL

- 3.1 A Sociedade tem por objeto social a importação, exportação, indústria e comércio de partes, peças e produtos no ramo de eletroeletrônicos; a prestação de serviços de desenvolvimento de projetos eletrônicos; o treinamento profissional; o comércio varejista especializado de equipamentos, suprimentos de informática e de programas de computador não customizáveis; os serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; a fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões; a fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores; exceto caminhões e ônibus; os serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; os serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; o suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; a locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor; o aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; e o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis.

CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS



- 4.1 O capital social da Sociedade é de R\$51.332,00 (cinquenta e um mil, trezentos e trinta e dois reais), divididos em 51.332 (cinquenta e uma mil, trezentas e trinta e duas) quotas, no valor unitário de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuído:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR (R\$)	%
CÉSAR SODRÉ MOREIRA DE ALCKMIN	25.666	25.666,00	50
JOSÉ DOMINGOS ADRIANO	25.666	25.666,00	50
TOTAL	51.332	51.332,00	100

- 4.2 A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais da Sociedade.
- 4.3 As quotas sociais não poderão ser divididas ou fracionadas e somente poderão ser transferidas nos termos da Cláusula Quinta deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E INEXEQUIBILIDADE DAS QUOTAS

- 5.1 A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- 5.2 Por ato voluntário, os sócios declaram que as quotas desta Sociedade não são passíveis de execução, sendo, portanto, impenhoráveis, nos termos do art. 833, I, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO

- 6.1 A sociedade é administrada pelos sócios CÉSAR SODRÉ MOREIRA DE ALCKMIN e JOSÉ DOMINGOS ADRIANO, aqui denominados Administradores, a quem compete, em conjunto ou isoladamente, representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, praticando os atos necessários à administração e desenvolvimento do objeto social, cabendo a eles o uso exclusivo da denominação social, tudo sempre limitado ao objeto da sociedade.
- 6.2 Compete aos Administradores obter financiamentos perante instituições financeiras ou outras entidades privadas ou públicas, movimentar contas bancárias, assinar cheques e outros documentos perante instituições financeiras, fornecedores, clientes, autarquias, repartições públicas federais, estaduais e municipais, e terceiros em geral.



6.3 Os atos discriminados nas alíneas abaixo dependerão, necessariamente, da assinatura conjunta dos Administradores:

I - alienação ou disposição da posse ou propriedade de bens imóveis e de bens do ativo imobilizado da sociedade;

II - constituição de quaisquer ônus reais sob bens móveis ou imóveis de propriedade da sociedade;

III - oferecimento, pela sociedade, de avais ou endossos em títulos de crédito emitidos por terceiros ou por qualquer dos sócios, ou de fianças em obrigações de terceiros ou de qualquer dos sócios.

6.4 A sociedade poderá constituir procuradores ou prepostos para representá-la, especificando, nos respectivos instrumentos, os atos e operações que poderão praticar.

6.5 Os Administradores poderão fazer jus a uma retirada mensal (pro labore), cujo valor será definido em Reunião de Sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA – REUNIÃO DOS SÓCIOS

7.1 Os sócios devem realizar, ao menos uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, Reunião dos Sócios com o objetivo de:

I – tomar as contas dos Administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico;

II – designar administradores, quando for o caso;

III – tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

7.2 A convocação para a Reunião dos Sócios será feita mediante aviso por escrito, contra recibo, contendo a ordem do dia, hora, data e local de realização, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7.3 Fica dispensada a convocação para a Reunião dos Sócios nos termos previstos no item 7.2, quando os sócios se declararem por escrito e mediante assinaturas, cientes da ordem do dia, hora, data e local da realização da Reunião dos Sócios.

7.4 Ficam saneadas quaisquer falhas convocatórias na hipótese de comparecimento da unanimidade dos sócios na Reunião.



- 7.5 A Reunião dos Sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios.
- 7.6 Os quóruns de deliberações serão os estabelecidos no Código Civil (Lei nº 10.406/2002).
- 7.7 Dispensa-se a Reunião dos Sócios quando todos eles decidirem, por escrito, sobre as matérias que seriam objeto da mesma.

CLÁUSULA OITAVA – CESSÃO DE QUOTAS

- 8.1 É livre a cessão de quotas, total ou parcialmente, a quem seja sócio.
- 8.2 A cessão de quotas a terceiro é condicionada à não oposição de titulares de 50% (cinquenta por cento), ou mais, do capital social, conforme permissão legal constante do art. 1.057 do Código Civil.
- 8.3 Nos termos do parágrafo único do art. 1.057 do Código Civil, a cessão terá eficácia quanto à sociedade e terceiros, inclusive para os fins do parágrafo único do art. 1.003 do Código Civil, a partir da averbação do respectivo instrumento, subscrito pelo(s) sócio(s) anuente(s).

CLÁUSULA NONA – SAÍDA E FALECIMENTO DE SÓCIO

- 9.1 Qualquer sócio poderá sair da sociedade, a qualquer tempo, sem que tal situação importe a sua dissolução.
- 9.2 O sócio que desejar sair da sociedade deverá notificar os sócios remanescentes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, comunicando sua intenção e solicitando a apuração dos seus haveres, os quais deverão ser pagos pela sociedade em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, segundo o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) publicado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 9.3 Os haveres mencionados no item 9.2 deverão ser apurados através de balanço especial, o qual deverá ser levantado com base na avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis, deduzindo-se as obrigações constantes do passivo da sociedade.



- 9.4 No caso de falecimento de qualquer sócio, não haverá a dissolução da sociedade e a admissão de herdeiros, legatários, cônjuge ou companheiro do sócio falecido é condicionada à aprovação dos sócios remanescentes.
- 9.5 Na hipótese de os herdeiros, legatários, cônjuges meeiros ou companheiros do falecido não se interessarem em ingressar na sociedade na condição de sócios, ou de ser vedada sua entrada pelos sócios remanescentes, esses receberão o valor correspondente às quotas que o falecido detinha no capital social da sociedade, apurado e pago mediante redução do capital social – caso os sócios remanescentes não supram seu valor – observados os mesmos critérios de cálculo e forma de pagamento previstos nos itens 9.2 e 9.3.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

- 10.1 O exercício social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.
- 10.2 Em 31 de dezembro serão levantados o Balanço Patrimonial, o Inventário e o Balanço de Resultado Econômico, que deverão ser submetidos à deliberação dos sócios reunidos para tal finalidade.
- 10.3 Os lucros serão distribuídos conforme deliberado em Reunião dos Sócios, podendo-se decidir pela distribuição dos resultados de maneira desproporcional à participação no capital social, conforme autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002, pela destinação total ou parcial dos lucros para as contas de reservas ou para aumento do capital social.
- 10.4 Admite-se, ainda, a critério dos sócios, a distribuição dos lucros antes mesmo do término do exercício social, conforme sejam apurados em balancetes intermediários.
- 10.5 Os sócios participam das perdas sociais restritamente ao valor de sua participação no capital social, conforme regra específica das sociedades limitadas prevista no art. 1.052 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÃO

- 11.1 Os sócios, e também os Administradores, declaram, sob as penas da lei, que não estão enquadrados em qualquer penalidade ou vedação legal que os impeça de exercer a atividade mercantil e que não foram condenados por nenhum crime cuja pena vede o exercício da administração da sociedade empresária.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

- 12.1 Os casos omissos no presente instrumento, que não puderem ser resolvidos amigavelmente pelos sócios, serão resolvidos de conformidade com a legislação vigente aplicável à matéria, especialmente o Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – REGÊNCIA NORMATIVA SUPLETIVA

- 13.1 Aplicam-se à sociedade as regras da sociedade simples, naquilo que não for regulado pelo presente contrato social e pelo capítulo das sociedades limitadas previsto no Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

- 14.1 Para a solução de controvérsias decorrentes ou relacionadas à interpretação ou cumprimento deste contrato, que não possam ser solucionadas amigavelmente pelos sócios, fica eleito o foro da comarca de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento.

Santa Rita do Sapucaí, 03 de junho de 2019.

Assinam digitalmente o presente documento os Srs. César Sodré Moreira de Alckmin e José Domingos Adriano, na qualidade de sócios administradores da sociedade.

CÉSAR SODRÉ MOREIRA DE ALCKMIN
(Sócio–administrador)

JOSÉ DOMINGOS ADRIANO
(Sócio–administrador)





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

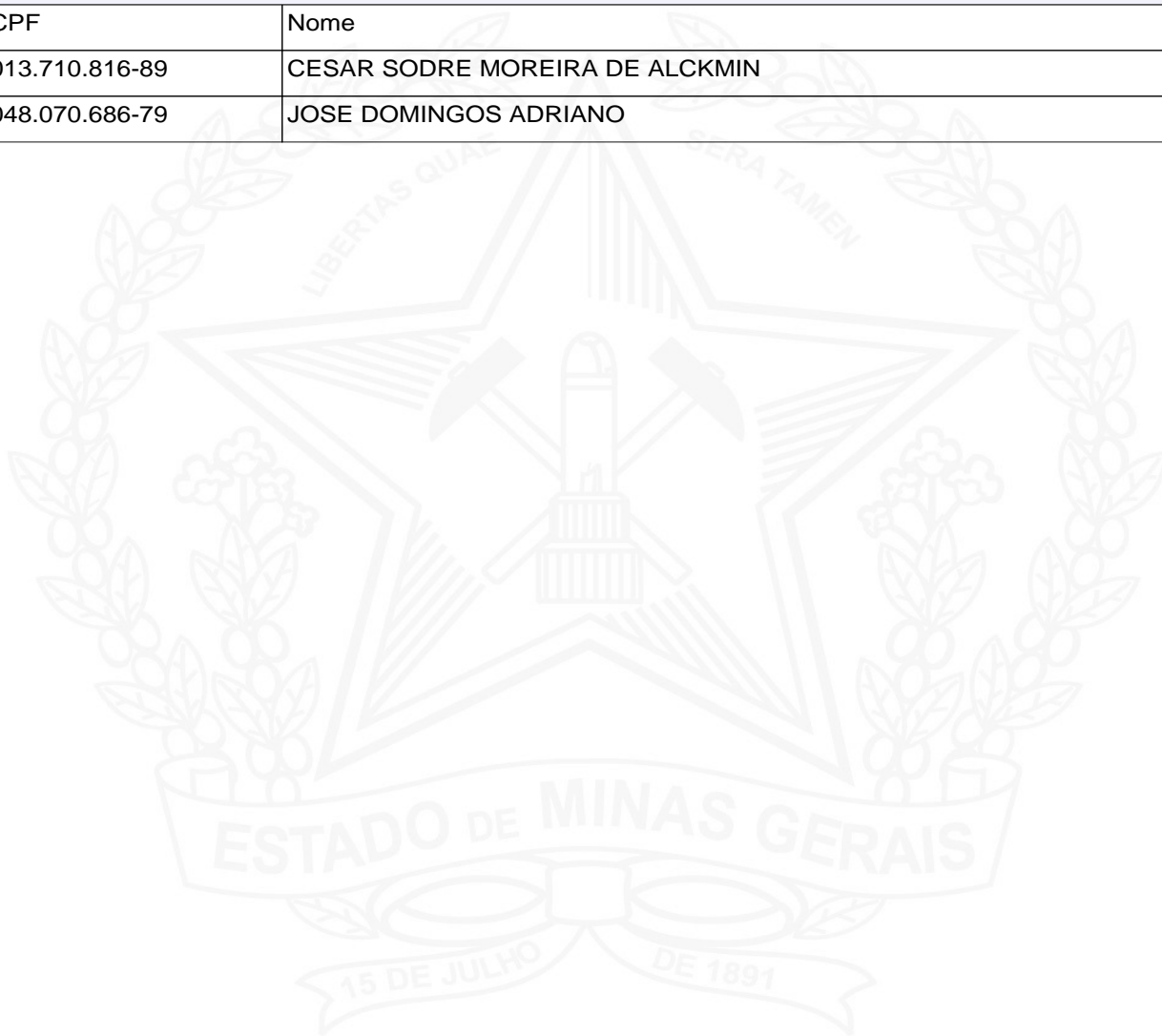
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/288.195-7	J193311861553	04/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
013.710.816-89	CESAR SODRE MOREIRA DE ALCKMIN
048.070.686-79	JOSE DOMINGOS ADRIANO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EXSTO TECNOLOGIA LTDA, de nire 3120630309-8 e protocolado sob o número 19/288.195-7 em 05/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7376910, em 08/07/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Zelia da Costa Cavalcanti.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
048.070.686-79	JOSE DOMINGOS ADRIANO
013.710.816-89	CESAR SODRE MOREIRA DE ALCKMIN

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
048.070.686-79	JOSE DOMINGOS ADRIANO
013.710.816-89	CESAR SODRE MOREIRA DE ALCKMIN

Belo Horizonte. Segunda-feira, 08 de Julho de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
150.862.326-00	ZELIA DA COSTA CAVALCANTI
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. Segunda-feira, 08 de Julho de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7376910 em 08/07/2019 da Empresa EXSTO TECNOLOGIA LTDA , Nire 31206303098 e protocolo 192881957 - 05/07/2019. Autenticação: 01BBAA0892ACB1234CC1956ED9D4D9E2C98960. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/288.195-7 e o código de segurança FNXo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL